

Discurso dos Métodos

Henrique Breviglieri¹

RESUMO:

Para o cientista talvez seja necessário apenas a tentativa de solucionar problemas, buscar respostas e levantar informações; para o filósofo, antes de tudo, deve-se retornar ao princípio e investigar como o próprio conhecimento é construído. Essa ocupação filosófica foi chamada disciplinarmente de “epistemologia” e no trabalho que se apresenta pretende-se examinar de maneira panorâmica um dos aspectos de seu desenvolvimento histórico-filosófico: os métodos, ou seja, conjunto de etapas que devem ser operadas com vistas a um fim; para este caso, o fim é o conhecimento. O principal objetivo deste estudo é o desvelamento dos principais métodos ou modos de se conhecer desenvolvidos durante o desenvolvimento histórico da filosofia. O presente trabalho também almeja: 1) discorrer sobre os métodos científicos criados durante a história da filosofia; 2) debater a importância de se considerar bases e procedimentos seguros para a construção do saber; 3) apontar as virtudes e as fragilidades de cada método científico examinado; 4) atestar que nenhuma ciência precede do reconhecimento de suas bases epistemológicas, lógicas e metodológicas. Para o atingimento do que se esperou conseguir deste estudo, o autor buscou recurso metodológico na revisão bibliográfica de fontes primárias e de comentadores consagrados e com alta credibilidade quando se trata das questões que foram examinadas. Toda a nossa Ciência e todas as nossas formas de conhecer foram baseadas e fundamentadas nos diferentes métodos criados pelos importantes autores citados neste estudo. Hoje é possível encontrar manifestações de todos os métodos apresentados em ambientes que se propõem a construção de conhecimento. Nas ciências da matemática há uma predominância do “método axiomático-dedutivo” com base na filosofia racionalista – em especial, o método cartesiano. As ciências da natureza possuem prevalência do “método experimental-indutivo”, com influência do pensamento e do método empirista. As ciências sociais e humanas, por influência do positivismo, acabaram por ceder em grande parte ao método das ciências naturais. Compreender o caminho que o pensamento metodológico percorreu para chegar às formas atuais é fundamental para os espíritos que pretendem se ocupar da construção de conhecimentos.

Palavras-chave: epistemologia; filosofia; método; ciência.

¹ Licenciando em Filosofia pelo Centro Universitário Claretiano – Batatais, SP. Bacharelado em Psicologia pelo Centro Universitário Municipal de Franca (Uni-Facef), Franca, SP.

1. Introdução

Durante toda a história da Filosofia, um objetivo moveu os autores: a busca pela verdade. Incansavelmente, todos os grandes pensadores, que temos conhecimento, procuravam alcançar aquela evidência indubitável e incontestável que o espírito humano, com todas as suas limitações, pode conhecer. Sendo assim, a Filosofia tem função primordial para a construção de qualquer tipo de conhecimento, seja ele científico, técnico, artístico, contemplativo etc. Esse é um dos fatores determinantes para a importância do estudo filosófico, pois conhecer a história do pensamento, seus principais expoentes e suas mudanças ao longo do tempo, é conhecer o porquê utilizamos determinados sistemas e paradigmas para chegarmos a alcançar um conhecimento. Feita essa análise sobre a contribuição filosófica para a construção dos saberes, nos limitaremos, agora, a falar apenas sobre os autores que desenvolveram seus métodos direcionados à busca da verdade, visto que todos os autores, escolas e correntes de pensamento, tinham seus métodos próprios, sejam eles para a desconstrução dos preceitos e “verdades” impostas na sociedade, como fez Nietzsche, sejam para alcançar a “a imperturbabilidade da alma” (ataraxia), como fizeram os Filósofos Helenísticos. Entretanto, nesse texto, trataremos unicamente desses métodos criados que visam à busca da verdade e a fundamentação dos conhecimentos, de modo que o conhecimento alcançado através deste método será, com certeza, verdadeiro. Portanto, trataremos dos métodos criados e discutidos por filósofos como Francis Bacon, René Descartes, Immanuel Kant, David Hume, John Locke, Edmund Husserl, dentre outros.

2. Epistemologia e lógica na Filosofia Clássica

Começamos pela Filosofia Clássica, com os autores denominados “socráticos”. Sócrates utilizava de um método específico para duvidar dos conhecimentos que haviam sido configurados e tidos como verdadeiros na sociedade ateniense. Assim, o “Método Socrático” se construía por alguns momentos: primeiramente, ocorria a “Exortação”, em que Sócrates convidava as pessoas para a discussão, podendo elas aceitar ou não. Se o convite fosse aceito, ocorria a “Indagação”, momento em que Sócrates fazia perguntas que as pessoas acreditavam saber as respostas, por serem questões corriqueiras,

tratadas com naturalidade, mas que ninguém havia se questionado sobre as bases que as sustentavam. Logo após, era o momento da “Ironia”, em que Sócrates mostrava às pessoas que suas convicções fundamentavam-se em argumentos pouco sólidos e inconsistentes – com certeza não resistiriam ao ímpeto indagador do célebre filósofo ateniense. Por último, dava-se a “Maiêutica”, momento de alcance de um conhecimento mais refletido e aprofundado, também chamado de “parto das ideias”, uma vez que Sócrates extraía de seus interlocutores todas as suas ideias, juízos e raciocínios.

Principal discípulo de Sócrates, Platão utilizava-se de um método específico de sua criação: a “Dialética”. Esse método consistia em trabalhar as opiniões divergentes, contrárias, para se chegar à verdade. Assim, eram apresentadas a “Tese” e a “Antítese”, com o objetivo de alcançar a “Síntese” dos conhecimentos. O ideal estaria no equilíbrio entre esses contrários e na refutação de argumentos falsos, para se chegar à intuição de uma essência verdadeira. O fim do movimento dialético estaria no alcance dos conteúdos advindos do “mundo inteligível”: Universo das ideias perfeitas, essenciais, eternas e imutáveis (Chauí, 2012).

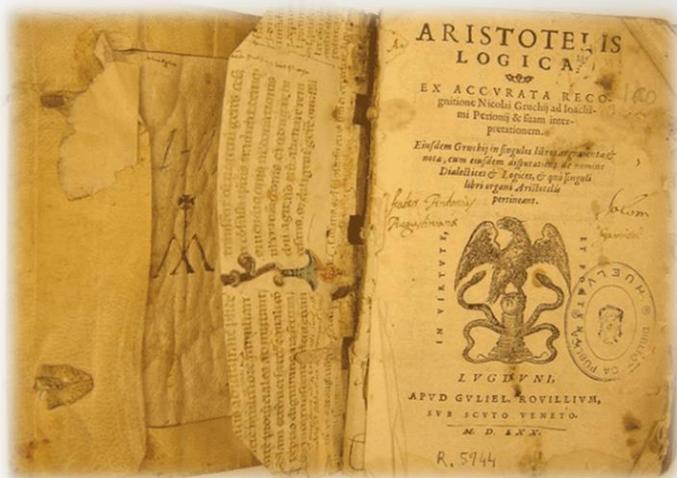
Discípulo de Platão, Aristóteles criou um método específico de sua filosofia, denominado “Lógica Aristotélica” ou “Analitika” (Chauí, 2012). O conjunto de obras aristotélicas relacionadas à lógica foi denominado de “organon” (“instrumento” ou “ferramenta” na

Língua Grega), o que representa

bem o objetivo da lógica - que é validar raciocínios e criar leis, regras, formas e modos que permitam distinguir raciocínios/argumentos válidos daqueles que são inválidos (Lisboa, 2013). Esse método contrariava a Dialética Platônica, pois não se dispunha a trabalhar os contrários, mas sim, criar formas corretas de raciocínios, que não permitiriam o questionamento sobre a sua validade,

A “Dialética”
platônica consistia em
trabalhar as opiniões
divergentes,
contrárias, para se
chegar à verdade.

uma vez que há uma quantidade considerável de regras e leis para fundamentar um argumento considerado válido (Lisboa, 2013).



As vias para o raciocínio lógico são duas: a “Dedução” e a “Indução”. Em um argumento/raciocínio dedutivo temos que uma proposição geral (conclusão do argumento) se segue diretamente e totalmente da admissão de outras proposições particulares. O

“Silogismo Categórico” Aristotélico segue essa via lógica, uma vez que, assumidas algumas proposições (premissas) verdadeiras, necessariamente e imediatamente se segue outra proposição (conclusão) fundamentada nessas proposições primeiras. Portanto, em um raciocínio dedutivo – com a inclusão dos “Silogismos Aristotélicos” nessa classe – todo o conteúdo da conclusão é extraído das premissas. Exemplo: Todo homem é mortal (premissa maior), Sócrates é um homem (premissa menor), LOGO, Sócrates é mortal (conclusão). Vejamos a definição de Silogismo adotada por Aristóteles, objeto principal de seu método:

O silogismo é uma locução em que, uma vez que certas suposições sejam feitas, alguma coisa distinta delas se segue necessariamente devido à mera presença das suposições como tais. (...) Ou seja, o silogismo é um conjunto de proposições no qual uma delas deve ser necessariamente afirmada a partir das demais: é a conclusão; em um argumento temos apenas uma única conclusão. Mas, e as demais proposições, como se chamaram? Elas são as premissas; as premissas oferecem conteúdo para que a conclusão possa ser afirmada. (ARISTÓTELES *apud* LISBOA, 2013).

Costuma-se dizer que o raciocínio dedutivo parte do “geral para o particular”, uma vez que com a afirmação de proposições mais gerais e abrangentes (premissas), segue-se, necessariamente, outra proposição (conclusão) particular e específica – como foi demonstrado no exemplo acima. Opostamente à dedução, a indução segue uma via “do particular para o geral”, uma vez que afirmadas algumas proposições particulares, segue-se, através

de um movimento de “generalização” ou “salto lógico”, uma proposição/conclusão geral (Lisboa, 2013). O raciocínio indutivo é prevalente na ciência empírica moderna, já que os experimentos ocorrem em situações particulares e os pesquisadores, a partir da constatação dessas observações, generalizam as suas conclusões para todos os fenômenos semelhantes ao observado. Exemplo: 1ª proposição - no experimento 1 a água entrou em ebulição à temperatura de 100C; 2ª proposição - no experimento 2 a água também entrou em ebulição à temperatura de 100C; 3ª proposição - realizados outros 500 experimentos semelhantes, todos obtiveram o mesmo resultado. 4ª proposição ou conclusão - logo, em todos os casos a água entrará em ebulição à temperatura de 100C. Observe que, apesar de todos os experimentos/observações realizados, a conclusão generalizada não foi totalmente extraída das premissas, uma vez que, sob determinadas circunstâncias, o fenômeno poderia ocorrer de modo diferente, por isso, dizemos que houve um “salto lógico” ou uma “generalização”. Para os raciocínios indutivos não é possível atribuir valores de validade ou invalidade, apenas descrevê-los como “indutivamente fracos” ou “indutivamente fortes”. Esse processo ocorre devido à possibilidade do acréscimo de proposições poder tornar o argumento indutivo mais forte ou mais fraco – coisa que não

Opostamente à dedução, a indução segue a via “do particular para o geral”: afirmadas algumas proposições particulares segue-se uma conclusão geral.

ocorre em um raciocínio dedutivo. Voltemos ao nosso exemplo fictício, se acrescentarmos a seguinte proposição: “em um dos casos observados, a água não entrou em ebulição à temperatura de 100C” – de maneira óbvia, esse argumento se tornaria indutivamente mais fraco, uma vez que uma das proposições contrariou a conclusão. Entretanto, se afirmamos a seguinte proposição: “após 3000 novas averiguações, a água continuou a entrar em ebulição à temperatura de 100C” – o argumento indutivo tornar-se-ia mais forte,

uma vez que uma nova proposição provocou esse efeito. É sempre importante que haja precauções para que não ocorra uma falácia informal denominada por Aristóteles de “acidente convertido”, que nada mais é do que uma indução/generalização precipitada. Vejamos um exemplo claro de “acidente convertido”: 1) o gato que observei hoje era preto (premissa); 2) o gato que observei semana passada também era preto (premissa); 3) todos os gatos são pretos (conclusão). (Esse processo pode ocorrer também na forma de especificação precipitada em um processo dedutivo – falácia lógica informal que Aristóteles nomeou como “acidente”). A indução na “Lógica Aristotélica” ocorre, unicamente, por enumeração – afirmadas uma determinada quantidade de proposições formuladas a partir da observação, a conclusão se extrairá através da generalização dessas observações para a ocorrência de todos os fenômenos similares. Veremos, mais adiante, como o filósofo empirista moderno Francis Bacon irá reformular o método indutivo.

A Lógica consolidou-se como disciplina filosófica e base para toda produção filosófico-científica posterior. Após a fundação e a sistematização aristotélica, os adeptos da escola helenística estoica, como Crísipo, remodelaram a lógica aristotélica, permitindo que ela se tornasse também “lógica proposicional” – expandindo-se para além dos estudos de “conceitos”, “categorias” (formas de predicamento) e “formas de razoamentos” aristotélicos. O complexo que ficou conhecido como “Lógica Clássica” abrange a “lógica proposicional” e a “lógica de predicados”. No período medieval, algumas contribuições lógicas no campo da semântica foram acrescidas. No período moderno, pouco se produziu na disciplina. Somente na Filosofia Contemporânea, com George Boole e Gottlob Frege, a lógica alçou novos voos, transformando-se em “lógica simbólica ou matemática”, trazendo novas ferramentas de garantia de veracidade proposicional como o “cálculo proposicional” e o “cálculo de predicados” – dando ênfase às proposições hipotéticas, aos conectivos, aos quantificadores e às provas formais de validade (Crespo, Kinouchi & Vecchia, 2013).

3. Epistemologia e lógica na Modernidade

Viajando no tempo, para um futuro distante da Filosofia Clássica, encontraremos duas correntes divergentes que se baseavam em métodos criados pelos filósofos René Descartes e Francis Bacon (com influências do experimentalismo de Leonardo Da Vinci e do demonstrativismo de Isaac Newton): “Racionalismo” e “Empirismo”.

Descartes foi um filósofo que durante toda a sua vida preocupou-se com um método efetivo para se alcançar a verdade. O método cartesiano ficou extremamente conhecido e respeitado por ser extremamente detalhado e fundamentado. Baseado na Intuição e na Dedução, respeitando e reconhecendo a limitada Razão Humana, esse método consiste em quatro etapas, que serão explicadas pelas palavras do próprio Descartes:

E, como a multiplicidade de leis fornece frequentemente escusas ao vício – de maneira que um Estado é muito mais bem organizado quando, embora possuindo muito poucas; são elas estritamente cumpridas, julguei, por isso, que, em lugar dessa grande quantidade de preceitos de que se compõe a lógica, me bastariam os quatro seguintes, desde que tomasse a firme e constante resolução de não deixar de observá-los nenhuma só vez. O primeiro consistia em nunca aceitar como verdadeira nenhuma coisa que eu não conhecesse evidentemente como tal, isto é, em evitar, com todo cuidado, a precipitação e a prevenção, só incluindo nos meus juízos o que se apresentasse de modo tão claro e distinto ao meu espírito, que eu não tivesse ocasião alguma para dele duvidar. O segundo, em dividir cada uma das dificuldades que devesse examinar em tantas partes quanto possível e necessário para resolvê-las. O terceiro, em conduzir por ordem os meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para chegar, aos poucos, gradativamente, ao conhecimento dos mais compostos, e supondo também, naturalmente, uma ordem de precedência de uns em relação aos outros. E o quarto, em fazer, para cada caso, enumerações tão completas e revisões tão gerais, que eu tivesse a certeza de não ter omitido nada. (DESCARTES, 2001, p. 32-33).

Vale ressaltar que Descartes propunha o exame das ideias denominadas “absolutas” (tudo aquilo que é considerado independente, universal, simples, causa) para as “relativas” (dependente, efeito, composto, particular). Sendo assim, caminhar-se-ia das coisas simples e de fácil entendimento para as compostas e de difícil compreensão – partindo de proposições gerais e abrangentes para proposições particulares e específicas,

o que caracteriza o raciocínio dedutivo. Ele também atribuiu grande valor à intuição, que alcançaria a evidência. Baseada naquilo que ele denominou de “Alma”, correspondente à Razão e ao entendimento interno, e no conhecimento adquirido por meio dessa, suspeitando das outras faculdades, como os sentidos, a imaginação e a memória (Descartes, 2001), a Filosofia Cartesiana foi denominada de “Racionalismo”, e seu método de “Racionalismo-Dedutivo”, muito utilizado nos dias de hoje como “Método Axiomático-Dedutivo”. Outros filósofos notáveis da corrente racionalista moderna foram Spinoza, Leibniz, Pascal, entre outros.

Analisaremos neste momento a doutrina divergente, o “Método Empírico-Indutivo” ou “Experimental-Indutivo”. Criado por Francis Bacon, que criticava as questões metafísicas e procurava pensar o concreto, esse método baseia-se em experiências induzidas para chegar a um resultado que possa demonstrar um novo conhecimento.

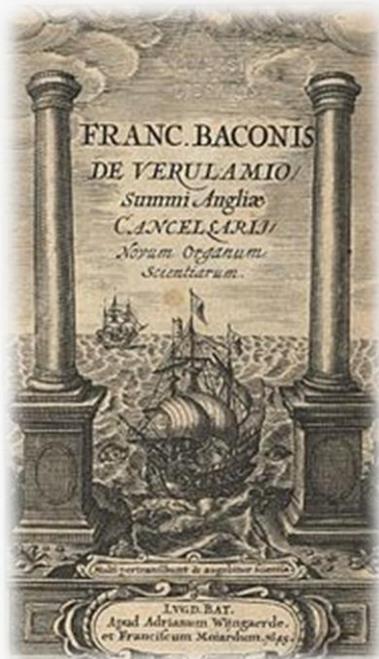
Bacon critica os chamados “ídolos” em sua teoria conhecida como “Crítica dos Ídolos” - que são distrações, crenças ou preconceitos que prejudicam o método científico. Haveria quatro tipos de ídolos: 1) “ídolos da Caverna” (em referência ao “Mito da Caverna” de Platão) - que são as opiniões que se formam em nós por erros e defeitos dos nossos órgãos de sentido. São os mais fáceis de serem corrigidos pelo nosso intelecto. 2) “Ídolos do Fórum” (os fóruns eram os

Bacon crítica os chamados “ídolos” em sua teoria conhecida como “Crítica dos Ídolos” - “ídolos da Caverna”, “Ídolos do Fórum”, “Ídolos do Teatro” e “Ídolos da Tribo”.

lugares dos debates públicos na Roma Antiga) - são as opiniões que se formam em nós como consequência da linguagem e nossas relações sociais. São difíceis de serem vencidos, mas o intelecto tem poder sobre eles. 3) “Ídolos do Teatro” (locais onde ficamos passivos, sendo apenas expectadores) - são opiniões formadas em nós pela ocorrência dos poderes das autoridades que impõem seus pontos de vista e os transformam em decretos e leis

inquestionáveis. Só podem ser desfeitos se houver uma mudança social e política. 4) "Ídolos da Tribo" (agrupamento humano em que todos possuem as mesmas características) - são as opiniões que se formam em decorrência da natureza humana, próprias de nossa espécie e para serem vencidas só se houvesse uma reforma da própria natureza humana. (Chauí, 2012).

Para Bacon, o ser humano deve fugir de sua parcialidade, de sua subjetividade para realizar um experimento. Além disso, é essencial que haja uma linguagem específica, direta, para o método científico. O Método deveria tornar possível: organizar e controlar os dados obtidos pela experiência sensível através de observações e experimentações, organizar a informação obtida nas observações e nos experimentos para chegar a novos conhecimentos e desenvolver aplicações práticas dos resultados teóricos. (Chauí, 2012).



O Método Empírico-Indutivo de Francis Bacon é baseado nas experiências induzidas ou observadas em contexto natural para chegar a um resultado e, a partir desses casos particulares observados nos experimentos, realizar uma generalização para todos os outros fenômenos similares, ou seja, realizar a Indução, passando do fato observado à lei genérica que prenuncia o comportamento do fenômeno. Sobre esse método, podemos configurá-lo e expô-lo em algumas etapas. A primeira etapa consistiria em conhecer as "causas" - leis gerais que regem os fenômenos naturais. Dentre essas causas, em referência às quatro estabelecidas na "Metafísica" de Aristóteles, Bacon exclui as "causas materiais e eficientes" do processo filosófico e/ou científico, assumindo a "causa formal" como a necessária ao desvelamento da natureza, pois, para ele, a forma e a natureza seriam complementares (ausente quando a outra estivesse ausente e presente quando a outra estivesse presente), podendo unir as investigações metafísicas (da causa formal) às investigações científicas (da natureza), agrupando o conhecimento científico e filosófico em um e o mesmo. Além disso, deveria haver um registro completo da história do

fenômeno estudado. Estabelecida a primeira etapa do método (a etapa das "causas"), seria passado à segunda etapa, levando os conhecimentos apreendidos na primeira em "tábuas" - da presença do fenômeno, da sua ausência e da sua intensidade medida em "graus". Após as duas primeiras etapas, segue-se a "indução baconiana" propriamente dita, utilizando do método da exclusão e da eliminação para alcançar a natureza definitivamente. Essa rejeição de naturezas singulares, que não permitem a indução realizada através da generalização ou "salto lógico", garantiria segurança ao método indutivo, algo que não havia no método indutivo por enumeração do Aristotelismo. As vias da "indução baconiana", em oposição àquela aristotélica, ocorriam mediante negações de correlações acidentais - "*per rejectiones et exclusiones*". Além do mais, a "indução aristotélica", realizada através da simples enumeração, não ampliava o conhecimento humano, somente o organizava em ordem linguística, porém, o método da exclusão aplicado à "indução baconiana" permitia ampliar o conhecimento do Homem sobre a Natureza (Silva, 2008).

Para Bacon, o conhecimento serve para controlar a natureza, obtendo os resultados desejados ao ser humano, considerando o Homem como "ministro da natureza". Esse método é importante para a consolidação dos saberes positivos em séculos posteriores, ditando os dados empíricos como única possibilidade de se chegar à verdade.

David Hume irá analisar questões importantes da teoria e do método de Bacon e postulará questões relevantes a respeito do conhecimento empírico. Ele irá discorrer sobre o que chamou de "Hábito", que é a

tendência inexorável que o ser humano tem de atribuir relações de causalidade a eventos que estão em contiguidade, levando-o a crer que os fenômenos observados no passado irão se comportar de modo idêntico no futuro. O chamado "Princípio da Uniformidade da Natureza", segundo Hume, é o vício do

Para Bacon, o conhecimento serve para controlar a natureza, obtendo os resultados desejados ao ser humano.

espírito humano de crer que há uma uniformidade na ocorrência dos fenômenos, levando o indivíduo a crer que aquilo que ele observou no passado voltará a ocorrer da mesma maneira no futuro. Entretanto, não há nenhuma evidência física, epistemológica ou lógica que comprove essa repetição (Sober, 2016). Como a maior parte do nosso conhecimento é construído a partir da observação e da retenção das informações na memória, levando o sujeito a crer que as coisas voltarão a ocorrer da forma como ocorreram nas apreensões passadas, a “força do hábito” ou o “Princípio da Uniformidade da Natureza” levaram a um ceticismo em relação ao conhecimento humano de forma geral.

4. A “revolução” de Immanuel Kant

Kant considera ter operado uma “revolução copernicana” no âmbito da epistemologia, pois, até então, racionalistas e empiristas partiam do objeto conhecido para o exame do conhecimento; Kant fez o contrário, ele ordenou por princípio o sujeito que conhece (Cotrim, 2006; Russell, 2013; 2015).

Kant criou uma teoria lógica e epistemológica sobre formas de conhecimento traduzidas em “juízos” ou “proposições” - um Juízo, segundo a lógica tradicional, estabelece relações entre um sujeito e um predicado. Há duas formas de juízos: “Analíticos” e “Sintéticos”. O “Juízo Analítico” é um conhecimento seguro, matemático, dedutivo, mas que não gera novos conhecimentos - no Juízo Analítico, o predicado explicita o conteúdo do sujeito, por isso é explicitativo, exemplo: “o triângulo é uma figura geométrica de três lados e três ângulos”. O “Juízo Sintético” permite a geração de novos conhecimentos a partir de inferências indutivas - no Juízo Sintético, o predicado propõe novos conhecimentos sobre o sujeito que não a sua definição, portanto é ampliativo, exemplo: “a água entra em ebulição à temperatura de 100°C”. A “Solução Kantiana” foi propor juízos que pudessem ser sintéticos e “*a priori*”. O que Kant chama de “*a priori*” significa ser um conhecimento anterior e independente à experiência individual. De maneira oposta, os conhecimentos “*a posteriori*” seriam sucessores e dependentes à experiência. A possibilidade de haver “*juízos sintéticos a priori*” denuncia a existência do que Kant chamou de “Consciência Transcendental”, que é uma estrutura racional universal e idêntica a todos os sujeitos, portanto, objetiva, diferentemente da consciência empírica individual e subjetiva. Essa estrutura de racionalidade universal

sugere a necessidade de haver noções e intuições inatas, apesar de Kant não deixar isso explícito (Russell, 2013).

5. Um método transcendental: a Fenomenologia de Husserl

Edmund Husserl (1859-1938) foi um matemático que teve importância indelével para a Filosofia e para a Ciência por se ocupar em criar uma base sólida para a construção do conhecimento.

Podemos dizer que Kant criticou a Razão e o conhecimento, e levantou possíveis soluções ao problema racionalista e empirista – através de conceitos como “Consciência Transcendental” e “Juízo Sintético a Priori”, por exemplo – porém ele não demonstrou o caminho para transcender ao problema epistemológico. Foi através de Edmund Husserl que um método – não seria leviano em dizer de “caráter kantiano” – foi construído na tentativa de postular uma via epistemológica segura à produção de qualquer conhecimento.

Como estudo dos “Fenômenos”, a Fenomenologia Husserliana utilizou desse conceito da filosofia kantiana. Diferente dos “Númenos” (“a coisa em si”, em seus aspectos aparentes e não aparentes à consciência), os “Fenômenos” são tudo aquilo que se mostra, se desvela, aparece à consciência. Sobre a noção de consciência na Fenomenologia, Husserl cria o conceito de “Consciência Intencional” ou “a priori da correlação” – ideia que enuncia que a consciência é sempre “consciência de” um objeto, por vez, um objeto é sempre “objeto para” uma consciência. Ademais, Husserl consolidou como base do conhecimento evidente outro conceito de Kant: a “Consciência/Ego Transcendental”. De maneira divergente da “Consciência/Ego Empírico” – que é construído pelas experiências individuais e, por assim ser, é diferente para cada sujeito – a Consciência/Ego Transcendental é uma estrutura intelectual universal, não estando sujeita à variação individual.

Husserl: a
consciência é sempre
“consciência de” um
objeto, por vez, um
objeto é sempre
“objeto para” uma
consciência.

De fato, o problema da variabilidade individual e da transitividade dos fatos empíricos era um empecilho para qualquer ciência que utilizasse da observação e/ou da experimentação como método científico. Entretanto, com influência da Revolução Científica Moderna, do Empirismo Britânico, do Iluminismo e do Positivismo, todas as ciências haviam cedido ao método empírico. Husserl critica veementemente essa submissão científica ao fato empírico e, em razão disso, propõe um caminho diferente para as ciências. A principal ciência criticada por Husserl é a Psicologia que, da maneira como foi fundada por Wundt no Experimentalismo Alemão e vinha sendo executada nos laboratórios, teria se tornado objetiva quando, para Husserl, deveria ser a ciência da própria subjetividade. A ciência objetivista ocupava-se dos fatos (apreendidos pelo Ego Empírico), enquanto a Fenomenologia deveria se ocupar dos fenômenos (apreendidos pelo Ego Transcendental) (Goto, 2008).

Para superar o que criticava e criar uma via epistemológica segura às ciências, Husserl criou um método, que ficou amplamente conhecido como “Método Fenomenológico”. Esse método pode ser analisado de diversas maneiras; irei dividi-lo em três etapas com a liberdade de estar fazendo uma exposição de fins elucidativos e didáticos, não uma apreciação rígida. A primeira etapa do método é a realização da denominada “*epoché*”: suspensão de qualquer sistema ou paradigma filosófico e/ou científico existente – trata-se da atitude de “colocar entre parênteses” todas as crenças, preconceitos, juízos e raciocínios vigentes até então, abandonando a “atitude natural” para aderir à “atitude filosófica”. Após a realização da *epoché*, seguir-se-ia para a segunda etapa do método: a “redução fenomenológica”. Nessa etapa, seria necessário realizar a recondução do “fato” (apreendido pelo Ego/Consciência Empírico) ao “fenômeno” (apreendido pelo Ego/Consciência Transcendental). Feita a recondução ao fenômeno, a terceira etapa – nomeada “redução eidética” – procuraria alcançar a essência ou o “resíduo fundamental” do fenômeno (“eidos” pode ser traduzido como “essência”). Através da realização do Método Fenomenológico, seria possível alcançar o conhecimento evidente, seguro, “apodítico”. Husserl também atribua grande valor à intuição, sustentando que através dela seria possível alcançar a essência dos fenômenos (Goto, 2008).

Vale fazer algumas ressalvas antes de encerrar essa seção. A Fenomenologia não é um sistema filosófico em sentido estrito, a proposta de

Husserl era criar uma Epistemologia. Algumas definições elucidativas da Fenomenologia realizada por estudantes de Husserl são proveitosas, como “ciência fundante”, “ciência de rigor” ou (a minha predileta) “ciência *a priori*” (lembrando que, na definição kantiana, “a priori” significa anterior e independente à experiência individual) (Goto, 2008). Além do mais, a Fenomenologia está em estreita relação com a Psicologia, de modo que elas se encontram em relação de mútua dependência. A proposta de uma “Psicologia Fenomenológica” é muito bem exposta no livro “Introdução à Psicologia Fenomenológica: a nova psicologia de Edmund Husserl” de Tommy Akira Goto (2008). Uma última ressalva importante é que Husserl era um autor prolífico e dinâmico, sua obra sempre permaneceu inacabada e é provável que ela teria sido diversamente reformulada se o autor tivesse vivido alguns anos a mais. Outros autores, como Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty, deram sequência ao trabalho fenomenológico.

6. A “arqueologia” de Foucault

O filósofo contemporâneo Michel Foucault desenvolveu um método de estudo diferenciado e, até mesmo, inusitado. Ele disse estar fazendo uma “arqueologia” do pensamento. Seu método foi denominado dessa maneira por pretender investigar os pressupostos, preceitos, crenças, preconceitos e representações que sustentam um sistema de pensamento de determinada época, ou seja, quais são as diversas estruturas de pensamento em sociedades diferentes, espacialmente e temporalmente, que sustentam as ideias, os discursos, as teorias e as “verdades” de determinada população. Como exemplo desse método de Foucault, poderíamos pensar qual era a estrutura de pensamento e os pressupostos existentes que sustentaram o Geocentrismo (Terra como sendo o centro do Universo). Foucault não pretendia, com isso, dizer que tudo é relativo e não existe verdade (relativismo), mas sim, demonstrar que cada estrutura social, em determinadas épocas, possui sua própria verdade e sua própria maneira de pensar.

7. Considerações finais

Outros métodos foram criados ao longo da história, principalmente através de métodos dialéticos (Dialética Hegeliana e Dialética Marxista como

exemplos), mas estes fugiriam à nossa discussão. O que foi demonstrado aqui é que toda a nossa Ciência e todas as nossas formas de conhecer foram baseadas e fundamentadas nos diferentes métodos criados por esses importantes autores citados. Hoje é possível encontrar manifestações de todos os métodos apresentados em ambientes que se propõem a construção de conhecimento. Nas ciências da matemática há uma predominância do “método axiomático-dedutivo” com base na filosofia racionalista – em especial, o método cartesiano. As ciências da natureza possuem prevalência do “método experimental-indutivo”, com influência do pensamento e do método empirista. As ciências sociais e humanas, por influência do positivismo, acabaram por ceder em grande parte ao método das ciências naturais.

Compreender o caminho que o pensamento metodológico percorreu para chegar às formas atuais é fundamental para os espíritos que pretendem se ocupar da construção de conhecimentos.

Referências

BACON, F. *Novum Organum*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. Pará de Minas: Virtual Books, 2003. Disponível em: http://www2.ufpa.br/ensinofts/cts/francis_bacon_novum_organum.pdf. Acesso em: 21 mar. 2016 às 15h00.

BOTELHO, O.S. *História da Filosofia Moderna I*. – Batatais, SP : Claretiano, 2013.

BOTELHO, O.S.; VECCHIA, R.B.D. *História da Filosofia Moderna II*. – Batatais, SP : Claretiano, 2013.

CARMO, Raymundo E. do. *Fenomenologia existencial* : estudos introdutórios. Belo Horizonte : O Lutador, 1974.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo : Ática, 2012.

COTRIM, Gilberto. *Fundamentos da filosofia* : história e grandes temas – 16. ed. refor. e ampl. – São Paulo : Saraiva, 2006.

CRESPO, L.F.; KINOUCI, R.R.; VECCHIA, R.B.D. *Lógica II*. - Batatais, SP : Claretiano, 2013

DESCARTES, René. *Discurso do método. Regras para a direção do espírito*. Coleção A Obra Prima de Cada Autor. – São Paulo : Martin Claret, 2001.

GOTO, Tommy Akira. *Introdução à Psicologia Fenomenológica: a nova psicologia de Edmund Husserl*. – São Paulo: Paulus, 2008.

HUME, D. *Investigação sobre o entendimento humano*. Tradução de Anoar Aiex. Disponível em: <<http://docente.ifrn.edu.br/rodrigoidal/disciplinas/epistemologia-daciencia-2012.2/texto-de-david-humeinvestigacao-acerca-doentendimento-humano/view>>. Acesso em: 21 mar. 2016 às 15h00.

LISBOA, M.J.A. *Lógica I*. – Batatais, SP : Claretiano, 2013.

RUSSELL, Bertrand. *História do pensamento ocidental : a aventura dos pré-socráticos a Wittgenstein*.; tradução Laura Alves e Aurélio Rebello. – [Ed. especial]. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2013.

_____. *História da filosofia ocidental – Livro 3: A filosofia moderna*.; Tradução Hugo Langone – 1. ed. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2015.

SILVA, F. M. *Sobre a indução em Francis Bacon*. Revista Urutaguá, Maringá, n. 14, dez. 2008. Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/014/14silva_fernando.htm>. Acesso em: 21 mar. 2016 às 15h00.

SOBER, E. *A tese céptica de Hume acerca da indução*. Disponível em: <http://criticanarede.com/epi_hume.html>. Acesso em: 21 mar. 2016 às 15h00.

WARBURTON, Nigel. *Uma breve história da filosofia*.; tradução de Rogério Bettoni. – Porto Alegre, RS: L&PM, 2012.